



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

MEMO Nº /DID

Em 11/10/84

Do: Antropólogo José Carlos Levinho

Ao: Sra. Chefe da DID

Assunto: Relatório de Viagem ao PI MÃE MARIA

Encaminho a V.Sa. Relatório de Viagem resultante da ITE nº 034/DPI de 19.09.84, a pedido da AESP. Solicito que uma cópia do mesmo seja anexada ao Processo FUNAI/BSB/3758/79 e que se envie o original ao Assessor-Chefe da ... AESP.

Atenciosamente,

José Carlos Levinho

JOSÉ CARLOS LEVINHO
Antropólogo - DID

JCL/sloh

INSTRUÇÃO TÉCNICA EXECUTIVA Nº 034 /DPI, DE 19 DE SETEMBRO DE 1984

O DIRETOR DA DIRETORIA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA - DPI,
no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 426/P, de 12 de
junho de 1.984,

R E S O L V E :

I. Determinar que se desloque até o Posto Indígena
MÃE MARIA, Estado do Pará, o servidor JOSÉ CARLOS LEVINHO - Antropólogo/
DID/DPI, com a finalidade de participar da reunião FUNAI/CIA VALE DO RIO
DOCE/GAVIÃO PARAKATEJE.

II. O prazo para execução dos trabalhos fica estipula
do em 05 (cinco) dias à contar de 19.09.84.


ÁUREO ARAUJO FALEIROS
Diretor da D.P.I.

JCL/rm.

RELATÓRIO DE VIAGEM AO PI MÃE MARIA

Em atenção a Instrução Técnica Executiva nº 034/DPI, de 19 de setembro de 1984 deslocamo-nos para a cidade de Marabá, Estado do Pará, em companhia do advogado da PJ Gerardo Wilames Fonseca e Silva com o objetivo de participar da reunião entre as lideranças Gavião e representantes da CVRD* e da FUNAI.

No dia 20, em Marabá, nos dirigimos para a Ajú dância onde integramos a equipe composta pelos servidores Waldo da Silveira Bitencourt da ASPLAN, José Ferreira Campos Junior Chefe da AJM e Salomão dos Santos Delegado da 2ªDR. No mesmo dia, fomos para o PI Mãe Maria localizado aproximadamente 40 km da cidade.

Da reunião que durou cerca de 4 horas, procuramos reproduzir os principais pontos discutidos:

ESCLARECIMENTO SOBRE O CONVÊNIO E A PROGRAMAÇÃO PARA OS ANOS DE 1984/85

Cotia (representando o chefe Krohokrenhum, que preferiu não participar da reunião) - Disse que os Gavião querem obter informações sobre o projeto. Chegou a ir com o Ferreira (chefe da AJM) até Belém para ver se conseguia alguma coisa, mas não adiantou. Até hoje, ninguém mostrou o Convênio realizado entre a FUNAI e a CVRD. Por isso, o capitão pensou na possibilidade de pararem com tudo, enquanto a comunidade não for esclarecida.

* DARCI DE OLIVEIRA FREIRE - Gerente Geral de Adm.; JOSÉ V. TEIXEIRA - Gerente de Planej. e Adm.; AMADO C. RODRIGUES - Gerente Deptº Jurídico e IARA FERRAZ - Antropóloga.

Precisamos saber quanto temos para gastar em um ano e o que estão fazendo com o Projeto. Muito pouco foi realizado nesses dois anos. A casa do capitão quase não fica pronta. A programação foi cortada e isso não pode acontecer. Se a comunidade precisar, hoje, de 50 milhões para pagar suas dívidas, como é que faz? Qual a programação para o ano de 1985? Para o capitão não interessa conversar com mais ninguém. Temos que fazer uma reunião aqui para discutir a programação.

Amado Rodrigues (advogado da CVRD) - Explicou que nos dois últimos anos, a programação do Projeto foi feita pela CVRD e a FUNAI. Inicialmente não sabíamos quais eram os problemas da comunidade de Mãe Maria e foi pensando que a FUNAI os conhecia, demos andamento aos planos.

Com o passar dos tempos, a Vale percebeu que houve uma falha porque o índio que é o principal interessado no Projeto, não tem sido consultado. O nosso interesse é atender as comunidades.

Sobre o Convênio nós queremos dizer que ao contrário do que todo mundo pensa, o dinheiro não é do Banco Mundial, mas do Vale do Rio Doce.

José Valderi Teixeira (Coordenador do Convênio)- Afirmou que quem tem feito as propostas para aplicação dos recursos tem sido a FUNAI. A Vale simplesmente repassa o dinheiro. Pelo que me consta as programações foram feitas em conjunto com a comunidade e os problemas que estão sendo aqui colocados, para mim, são novidades.

Como todo mundo sabe, as empresas e os órgãos públicos, neste ano, sofreram uma redução em 20% em seu orçamento. Portanto a VALE teve que reduzir em 20% o cronograma de gastos dos PROJETOS. Mesmo assim, a verba para o P.I. Mãe Maria não sofreu cortes. Na realidade o que aconteceu'

foi uma interrupção temporária para que pudessemos fazer uma avaliação do Projeto. Depois da mudança de orientação da FUNAI fizemos uma análise e constatamos que a verba estava sendo mal utilizada. Gastou-se muito dinheiro em obras de infra-estrutura na sede, por isso, resolvemos (a VALE e a FUNAI) mudar. Com a nova direção também imprimida pela FUNAI as comunidades deverão ser privilegiadas. Agora elas que vão dizer o que é necessário. A VALE vai conversar diretamente com os índios, contudo não abrimos mão de trabalhar com a FUNAI.

Salomão Santos - No início cometemos muitos erros, principalmente porque a FUNAI não ouvia as comunidades. Temos aqui a proposta feita pelos Gavião para os anos de 1984/85 (ver em anexo).

Cotia - A FUNAI não pode fazer a programação sem consultar a comunidade. Tudo o que estiver acontecendo tem que nos avisar. Se precisar mudar alguma coisa tem que vir aqui para conversarmos.

Teixeira - de hoje em diante, a FUNAI vai consultar a comunidade em tudo o que for feito. Agora ela está mais aberta. Outra coisa que ficou acertado, na reunião em Brasília, é que as comunidades terão acesso as notas daquilo que for gasto.

Cotia - Nós vamos procurar as outras comunidades para trabalharmos juntos. Queremos conversar para saber o que está contecendo.

Teixeira - Depois da reunião em Brasília, ficou acertado que essa nova posição será levada para todas as comunidades.

Gavião (irmão do chefe) - O que nós conversamos'

aqui tem que ser resolvido. Não pode ficar na espera da FUNAI e da VALE. Depois vocês vão embora, esquecem na gaveta e a comunidade fica esperando.

Teixeira - Nós temos que ver se é possível para a VALE acompanhar essa programação (proposta pelos Gavião) para o ano de 1984. Em relação as solicitações que estão quantificadas (ver em anexo) não temos condições de dar uma definição agora.

Sempre que houver necessidade de recursos, a VALE precisa ser avisada com 72 horas de antecedência. O dinheiro (dólar) será liberado na taxa do câmbio do dia. Agora a aplicação deve ser imediata porque senão o dinheiro desvaloriza.

Quanto ao depósito de combustível, relamado por vocês (Gavião), em momento algum constou nas programações que a VALE recebeu.

Ferreira - Houve uma reprogramação, por isso a VALE ainda não recebeu o pedido do depósito.

* Foi sugerido que o depósito tenha capacidade para 15 mil litros.

Ferreira - Qual a posição sobre o caminhão para transporte de material e de castanha.

Texeira - O caminhão já foi comprado e daqui a três dias será entregue.

* Quanto a reivindicação para que seja construído 60 km de estrada (orçado em 500 milhões de cruzeiros) circundando a parte norte da área, que tem como objetivo a fiscalização dos limites, em virtude dos grandes custos e de problemas de

segurança, visto que facilitaria também as invasões, ficou acertado que esta proposta será melhor examinada.

Teixeira - Sobre o tempo de duração do Convênio, esclareço que é de 5 anos. Em 3 anos foram gastos apenas 25% dos 13 milhões e 600 mil dólares. Como a vigência do Convênio depende única e exclusivamente do prazo que essa quantia for gasta pela comunidade, este continuará vigorando enquanto houver dinheiro.

* Discutiu-se a programação de 1985, apresentada pela comunidade. Foram analisados alguns problemas técnicos. Ficou decidido que no dia 31/12/84, a Vale, com a assistência da FUNAI, dará uma definição sobre esta programação.

TERRAS

Teixeira - Nós entendemos que a prioridade nº 1 é a demarcação das terras, porque sem elas ninguém vive. Em Brasília, pensamos como forma de pressão junto ao governo, suspender o Convênio. Outra opção é utilizarmos o dinheiro (do convênio) para regularizar a situação da área. Queremos saber o que vocês pensam sobre isso.

Cotia - Dentro da reserva tem os colonos (46 famílias assentadas pelo GETAT) e o João Queiroz. Na semana passada retiramos (os Gavião e a FUNAI) 17 posseiros que entraram pela ferrovia. Eles dizem que estão trabalhando para a comunidade e entram com as turmas de trabalhadores da VALE.

* Com o objetivo de definir a situação da área, os Gavião aceitam discutir a idéia de utilizar o dinheiro do Projeto em indenizações de benfeitorias. Solicitaram uma posição da FUNAI sobre a situação do fazendeiro João Queiroz e dos posseiros assentados pelo GETAT, que estão dentro do PI Mãe

Maria.

TAXA PELA PASSAGEM DO TREM NO PI MÃE MARIA

Cotia - Queremos conseguir alguma coisa para garantir a comunidade, durante o tempo que o trem rodar dentro da reserva. Depois que o Convênio acabar como é que vai ficar a comunidade. Precisamos de uma renda mensal para o sustento da família. Esta é a resposta que o capitão está aguardando para receber vocês.

Ferreira - Leu o documento enviado pelos Gavião, para a FUNAI, onde reivindicam uma taxa mensal pela passagem do trem no PI Mãe Maria. (em anexo)

Cotia - Comentou que até que se tome uma decisão sobre o assunto, pretendem interromper as obras, porque a ferrovia é um problema muito grande.

Amado Rodrigues - A VALE ao fazer o Projeto, acreditou que estava fazendo um bem para a comunidade porque criamos condições para vocês trabalharem. Assim pensavamos, até agora, que tendo feito o Projeto e pago a indenização (-57 milhões de cruzeiros) tínhamos cumprido com a nossa parte pagando-os pelos prejuízos da ferrovia. Senão fizemos mais é porque não podemos.

Teixeira - No ponto que a linha passa pela reserva, pretendemos fazer um plano de segurança. Vamos destacar técnicos especializados para estudar o problema. Sobre a renda queremos pedir um pouco de paciência porque isso requer um longo estudo e nós não podemos decidir agora. Afim de agilizar, seria interessante levarmos a proposta de vocês para que a nossa diretoria discuta.

Cotia - A comunidade ainda não discutiu. Nós vamos fazer uma reunião.

* Os Gavião pediram para que a FUNAI coopere na redação do acordo com a VALE.

Teixeira - Nós assumimos o compromisso de estudar e dar uma solução para este problema. Queremos que vocês deixem os trabalhadores assentar os trilhos porque a ferrovia deverá ser inaugurada no dia 28 de fevereiro e qualquer paralização causa grandes prejuízos. A diretoria da VALE está consciente que vai ter que conviver com os Gavião por 100, 200 anos.

Cotia - A comunidade quer o acordo no papel registrado em cartório para termos uma garantia.

Gavião (irmão do chefe) pediu para que não façam fuxico. Todos, a VALE e a FUNAI tem que conversar claro com os Gavião.

*Marcou-se uma outra reunião para o dia 16 de outubro, quando será discutido a proposta dos Gavião e a minuta do acordo.

O Cotia pediu para que dois dias antes, se faça uma reunião na FUNAI, em Belém, para estudar o acordo.

CONCLUSÃO

Proc.	3758/79
Fis.	13
Rubrica	AC

Proc.	3758/79
Fis.	316
Rubrica	<i>[assinatura]</i>

Uma análise, embora que superficial, uma vez que temos pouco conhecimento sobre os Gavião e do Convênio entre a CVRD e a FUNAI, nos leva a crer que alguns dos problemas apontados (pelos índios) durante a reunião, poderiam ter sido facilmente evitados.

Como se pode observar no discurso do Cotia, os Gavião além de desconhecerem por completo os termos do convênio, tiveram até o presente momento, pouca participação nos projetos implantados pela FUNAI. Esta situação levou a comunidade do PI. Mãe Maria a assumir uma posição de intransigência em relação a forma pela qual está sendo conduzido o Projeto, chegando a afirmar que pretendiam paralizá-lo.

Um dos principais problemas apresentado na reunião, foram as programações que mesmo tendo sido feitas em conjunto com os Gavião, através de consultas, sofreram remanejamento e cortes sem que houvesse qualquer tipo de discussão com o grupo. Também, a qualidade dos serviços prestados e a demora em atender algumas solicitações como a aquisição de moto-serras e de um caminhão, por exemplo, geraram um grande descontentamento.

Contudo, sem dúvida alguma, a questão crucial que permeia a problemática vivenciada pelos Gavião é a efetiva participação e o conseqüente controle das decisões que são do interesse da comunidade. Assim sendo, mesmo que o Projeto seja conduzido de forma satisfatória, atendendo sem alterações e no prazo previsto os pedidos dos Gavião, acreditamos que persistirá o conflito entre as programações e a expectativa do grupo.

Nos relatórios de viagem ao PI Mãe Maria de 1982, 83 e 84, a antropóloga Iara Ferraz tem assinalado que em virtude da especificidade da atual situação do grupo e da história recente de suas relações com a sociedade nacional,

especialmente a partir da autonomia por eles obtidas, em 1976, torna-se indispensável que a gerência dos projetos seja transferida para a comunidade.

Certamente, esta é a forma mais adequada de se conduzir questões que digam respeito aos Gavião. Portanto, afim de se evitar os problemas que motivaram a reunião, entendemos que deve ser atribuição da comunidade não só elaborar as programações e suas mudanças, quando necessárias, mas também gerir os recursos do Convênio, com o apoio da FUNAI e de representantes da CVRD.

Na reunião, os Gavião reclamaram uma posição da FUNAI sobre a situação das terras do PI. Mãe Maria que encontram-se invadidas em seu limite Sul, próximo a ferrovia de Carajás, por colonos assentados pelo GETAT e também pelo Fazendeiro João Queiroz.

Em 28 de dezembro de 1943, o Governo do Estado do Pará através do Decreto nº 4.503, concede aos Gavião, um lote de terras em Mãe Maria com cerca de 52.607 ha. No ano de 1963, realiza a demarcação da referida área.

A FUNAI, em 1980 (Proc. 1967/82, fls. 131) inicia os trabalhos de aviventação dos limites da área indígena na Mãe Maria, tendo em vista as constantes reclamações da comunidade e principalmente em função da precariedade da identificação da divisa na parte Sul.

No dia 06.02.81, os serviços foram embargados por "posseiros", quando faltavam aproximadamente, 6 a 8 km para a conclusão dos trabalhos. Somente neste local, não foram abertas picadas e implantados marcos. Segundo, nos relatou o Engenheiro Reinaldo Florindo (em 10.10.84), os trabalhos, neste trecho, foram concluídos utilizando-se aparelhos uma vez que, a situação da área encontrava-se tensa.

Após a demarcação, ou melhor aviventação dos limites, constatou-se que parte da área está ocupada pelo loteamento Flecheiras (GETAT) e pelas pastagens do fazendeiro João Queiroz.

O GETAT ao realizar a regularização fundiária da região, cometeu um sério equívoco pois, deveria ter consultado a FUNAI, mesmo entendendo, segundo o seu coordenador' na carta enviada para o Presidente desta Fundação em 11.09.81 (Proc. FUNAI/BSB/1976/82, às fls. 114/115), que as terras pertencem à União e são confinantes com a área do PI. Mãe Maria.

Conforme o processo acima citado, a demarcação feita pela FUNAI seguiu rigorosamente os rumos e distâncias do memorial contidos no Decreto de Doação nº 4.503, o que, pelo visto, o GETAT não concorda.

Esta situação, isto é, a existência de colonos dentro das terras pertencentes aos Gavião, tem estimulado inúmeras invasões, inclusive com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Araguaia e de políticos locais.

Logo, é de grande importância que a FUNAI entre em contato com o GETAT para dirimir as dúvidas sobre os limites da área, afim de remanejar o loteamento Flecheiras, indenizando os colonos e ao mesmo tempo, fazer com que o fazendeiro João Queiroz respeite os limites entre a sua propriedade e a área indígena, adotando as medidas legais, caso sejam necessárias.

Para os Gavião o ponto de maior importância, discutido, foi o pagamento por parte da CVRD de uma taxa permanente (mensal) pela passagem da ferrovia de Carajás no PI. Mãe Maria.

Uma composição com cerca de 150 vagões estará passando dentro da área de 90 em 90 minutos, durante pelo menos duas centenas de anos inutilizando grande parte do território indígena para as atividades (caça, coleta de castanha e outras) que tradicionalmente são desenvolvidas pelo grupo.

A ferrovia, para a comunidade significa "um problema muito grande" já percebido em função do aumento do número de invasões, facilitada pela abertura de um "caminho" que contrariando todas as recomendações, ainda não

conta com postos de vigilância.

Em época não muito distante, o comportamento da FUNAI controlando a produção de castanha até 1975, ou tentando interferir nas negociações com a Eletronorte* em 1980, repercutiram de forma muito negativa junto aos Gavião.

Este quadro, supomos, tem sido alterado, em parte, devido a firme atuação da AJM, impedindo que novos posseiros consigam se estabelecer dentro da área do PI. Mãe Maria.

Pensamos, que, sobre a taxa reivindicada pelos Gavião, a FUNAI deve apenas, assessorá-los e mediar os entendimentos com a CVRD. Outra qualquer forma de proceder por parte do órgão tutor, acreditamos ser desaconselhável.

À consideração superior.

* A Eletronorte indenizou os Gavião em 40 milhões de cruzeiros pela passagem da linha de transmissão Marabá-Imperatriz dentro do PI. Mãe Maria.

JCL/sloh